

DA DÉCADA DE 1920 À DE 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil

Wilson Cano

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

DA DÉCADA DE 1920 À DE 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil

Resumo: O texto apresenta o processo de transição econômica e social desenvolvida no Brasil na década de 1920, destacado o denominado modelo primário exportador direcionado a um novo padrão de acumulação – o do crescimento para dentro, iniciado a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930. A abordagem é desenvolvida considerando a dimensão econômica e superestrutural da realidade objeto de análise. A proposta desenvolvida no ensaio, a partir de uma ampla revisão bibliográfica, inclusive de produções anteriores do autor, é, portanto, apresentar e analisar a transição do velho padrão primário exportador, marcado pelo predomínio do complexo cafeeiro paulista, rumo a um novo padrão, a da industrialização que se consolida a partir de 1933.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, modelo primário exportador, industrialização, Brasil.

FROM THE 1920s TO THE 1930s: transition towards crises and towards industrialization in Brazil

Abstract: This text presents the process of social and economic transition developed in Brazil in the 1920s, it points out the exportation primary model directing to a new accumulation standard – the one which grows inward, started from the Crises of 1929 and the Revolution of 1930. The approach is developed considering the economic and superstructural dimension of the reality subject of analysis. The proposal developed in the test, from an ample bibliographical review, including previous productions by the author, is, therefore, to present and analyse the transition of the old primary exporting standard, marked by predominance of Paulista coffee complex, towards a new standard, the one concerning industrialization which gains strength from 1933.

Key words: Economic development, exportation primary model, industrialization, Brazil

Recebido em: 28.02.2012. Aprovado em: 09.04.2012.

1 INTRODUÇÃO

A construção do presente ensaio orienta-se por dois objetivos gerais. O primeiro é mostrar que a década de 1920, para o Brasil, representa um processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo primário exportador, rumo a novo padrão de acumulação - o do crescimento para dentro -, que seria desencadeado a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930. Transitamos, assim, do velho padrão primário exportador, onde o complexo cafeeiro paulista predominava, rumo a um novo, o da industrialização, que se firmaria a partir de 1933. Para desenvolver esses objetivos, em seu **tópico 1**, o texto procura examinar as relações de interdependência entre a base produtiva e a superestrutura na década de 1920, concluindo que as transformações econômicas - mas não somente elas - nela ocorridas, tiveram importante papel nas principais transformações de cunho social. No **tópico 2**, é lembrada, de forma muito resumida, como enfrentamos a "crise de 29", usando coragem e vontade política para instaurar, por Vargas, uma política de defesa da renda e do emprego, o que exigiu a reconstrução do estado nacional e desencadeou o início do processo de industrialização. Faz parte também desse tópico, reafirmar a justeza da análise de Furtado, sobre esse episódio.

Não teria sentido simplesmente reproduzir aqui, ainda que de forma resumida, dois longos textos que escrevi há alguns anos tratando exatamente dessas questões, ou seja, do processo verificado na década de 1920 (CANO, 1997) e do ocorrido na de 1930 (CANO, 2006c). Também não teria sentido tentar reescrevê-los, dado que continuo concordando com seus termos gerais. Assim, e para atender à solicitação deste texto, resumi-os, o mais que pude, revisando uma ou outra passagem e acrescentando outras para melhor esclarecer o leitor¹.

2 A TRANSIÇÃO RUMO AO BRASIL MODERNO: 1919-1929

Neste tópico serão destacados alguns fatos e transformações sociais (institucionais, políticos, culturais, etc.) que se manifestam durante esse período, e que a meu juízo têm fortes inter-relações com importantes transformações ocorridas no movimento da economia e nas mudanças da estrutura produtiva. Não é nosso objetivo analisar esses fatos, a maior parte dos quais, aliás, (cultura, movimentos trabalhistas, tenentismo, p.ex.), tem sido objeto de conhecidos trabalhos relevantes na Literatura e nas Ciências Sociais no Brasil. O objetivo aqui é o de tentar organizar os que julguei mais relevantes e periodizá-los vis-à-vis o movimento da Economia.

A base teórica aqui utilizada para o exame dessas inter-relações entre **base produtiva e**

superestrutura tem como fundamento a dicotomia marxista "Base-Superestrutura", e não ignoro seu caráter polêmico até hoje persistente.

Marx, na "A Ideologia Alemã" (1845-46), afirmou que a base ou infraestrutura da economia condiciona e determina não só a forma e a ação do Estado, mas também o resto da superestrutura. No "18 Brumário" (1852), a determinação é mais explícita: o modo de produção e as formas de propriedade condicionam as idéias, os sentimentos, as ilusões. Nos *Grundrisse*, (1857-58), explicita a questão das Artes, especialmente da arte antiga convivendo com modos de produção mais modernos. (MARX; ENGELS, 1968; MARX, 1985; 1991; BOTTOMORE, 1993; HARNECKER, 1971). Posteriormente, na "Contribuição à crítica da Economia Política" (1859), a afirmação parece ser ainda radical, no sentido de que "o modo de produção e as relações de produção condicionam o processo social, político e intelectual em geral". (MARX, 1946, p. 31-32).

Isto, contudo, foi melhor explicado e relativizado em obras posteriores, como na "Teoria da Mais Valia" (1861-63), no "Capital" (1861-79) e principalmente depois, na correspondência (1890-93) de Engels com terceiros, quando fica explícito que a base econômica não é a única determinante, que ela o é, "em última instância", e que a superestrutura exerce também uma influência, recíproca, sobre a base produtiva. Assim, a superestrutura não era por eles considerada apenas como simples reflexo do movimento da economia, mas também geradora de pressões e efeitos "internos" (nela mesma) e "externos" (sobre a base). (MARX, 1977; 1973; ENGELS, 1977; HARNECKER, 1971).

É preciso também lembrar as críticas de Gramsci, sobre o papel da ideologia, da política e da cultura, nas atitudes das elites e nas reações ativas e passivas da massa trabalhadora diante do exercício do poder, pelas elites. (BOTTOMORE, 1993). Não se pode ainda, ignorar a interação "Marx-Freud", a partir da "Teoria do Inconsciente Social", que, sem dúvida, torna a discussão da questão "Base-Superestrutura" ainda mais complexa. (FROM, 1967a; 1967b). Contudo, isto extravasa os limites deste artigo e as limitações do autor.

Assim sendo, a visão aqui adotada não será "dogmática", mas sim uma visão de que - no capitalismo, embora a base impulse modificações na superestrutura, não só há efeitos recíprocos desta em relação àquela, pressionando por "mudanças materiais", como também determinações "horizontais", no sentido de que há intra-determinações tanto na infra como na superestrutura.

Lembremos que no cenário internacional, entre 1870 e 1930, a 2a. Revolução Industrial se consolidava nos países mais avançados, e atingiria a fase do "Fordismo" nos EUA: automóvel, eletricidade, rádio, cinema e telefone promoveriam

importantes transformações, tanto na Base como na Superestrutura. É este também o grande momento do crescimento da massa de trabalhadores, da expansão sindical e do início do Welfare State, ampliando também os direitos civis.

A notável expansão concentrada do capitalismo - que "recoloniza" o mundo periférico - promoveria também sua extroversão internacional junto aos países periféricos, para a conquista de mercados e posições econômicas. É o momento da luta concorrencial dos grandes trustes e cartéis internacionais, da queda da hegemonia do Imperialismo Inglês, substituído a partir do final da 1ª. Grande Guerra, pelo norte americano.

Essas transformações concorreram, nos países avançados, para o surgimento do modernismo, representado não só nas artes, na literatura, mas também na urbanização, que ganha novas formas, e nos costumes. Por serem inseridos no capitalismo internacional no século XIX, também os países subdesenvolvidos seriam afetados por várias transformações modernizadoras, principalmente com o início da industrialização, desencadeada a partir da ruptura da "Crise de 1929".

A Bibliografia deste tópico será apontada em notas de rodapé, salvo as obras a seguir mencionadas, a fim de evitar-se um número excessivo de notas que essas obras exigiriam, pois são as que proporcionaram grande número de informações de cunho social para este artigo: i) o excelente e extenso trabalho de W. Martins (1978), especificamente os volumes V e VI, que tratam do período 1897-1933, com o qual pude catalogar e agendar os principais fatos no campo da cultura (literatura, artes plásticas, teatro, cinema, etc.); e ii) o de E. Carone (1973) (A Primeira República), de onde pude organizar o rol dos principais fatos políticos, institucionais e sociais. Assim, estes textos, largamente utilizados neste trabalho, somente serão relacionados no rol bibliográfico final, salvo em algumas citações específicas necessárias.

2.1 Principais transformações da economia paulista: rumo à "Crise de 29"

A década de 1920, quando comparada com a anterior, constitui período complexo para a análise econômica do Brasil, por diversas razões. Em primeiro lugar, no plano externo, por contrair os preços da maioria das commodities, elevados durante a Primeira Guerra; pela crise internacional (centrada nos EUA) de 1920-1922, que contraiu o comércio exterior; e pelo aumento da instabilidade financeira internacional. No plano interno, por políticas econômicas ortodoxas praticadas pelo governo federal e pelos reflexos internos das circunstâncias internacionais apontadas.

De nossas principais exportações, só o café apresentou um desempenho auspicioso, em

preços e quantidades; o algodão ainda teve uma expansão, graças à reconstrução do pós-guerra e pela proteção indireta dos preços mantidos pelos EUA; mas as demais apresentaram estagnação ou mesmo queda. Em valor (em libras esterlinas), as mais afetadas negativamente foram as do açúcar (-45%) e da borracha (-75%), enquanto as do café cresciam 53%. Mas é preciso dizer que São Paulo concentrava cerca de 2/3 dessas exportações; que o Rio de Janeiro mantinha-as estagnadas; e que embora as de Minas Gerais e do Espírito Santo tivessem obtido forte expansão, suas estruturas econômicas e sociais não permitiam a geração de elevados excedentes para uma acumulação diversificada como em São Paulo².

Assim, essa década, em relação à de 1910-1919, mostra uma inflexão ou queda nas economias regionais não-cafeeiras e na do Rio de Janeiro, com sua produção cafeeira cadente e estagnada desde o início do século.

Contudo, se comparada com a primeira década do século XX ou com a última do século XIX, as exportações – salvo as do café no Rio de Janeiro e as do açúcar e da borracha, todas deprimidas – apresentaram forte expansão. O que se deve salientar, destes fatos, é que o crescimento do excedente e dos lucros apresenta uma trajetória crescente e altamente positiva em São Paulo durante todo esse período, ampliando sobremodo sua capacidade de crescimento e diversificação capitalista, ganhando colossal dianteira econômica sobre as demais regiões do país. (CANO, 2007b).

Não se deduza disso que toda a periferia esteve estagnada. O baixo crescimento das exportações na década de 1920, em relação à de 1910, ao manter a produção em níveis altos – salvo açúcar e borracha – ali também gerou lucros suscetíveis de estimular uma expansão da economia, da urbanização e da indústria. Isso explica, em grande parte, o elevado nível do investimento industrial no período³. O que ocorreu, por outro lado, é que a dinâmica de crescimento de São Paulo foi muito mais intensa e diversificada do que a do restante do país, consolidando, a partir daí, uma concentração industrial que só perderia seu ímpeto a partir da década de 1970.

Essa expansão gerou maior complexidade social e econômica, ampliando os conflitos de interesses e obrigou o Estado a se fortalecer institucionalmente. O conservadorismo das elites propiciou-lhe o aumento considerável também do aparelho repressor. É justamente em decorrência dessa diversificação social e econômica e da não resolução democrática desses conflitos, que os movimentos reivindicatórios e o revolucionário chegaram à ruptura de 1930.

Dado que as transformações econômicas e sociais de maior monta ocorreram em São Paulo, o restante deste tópico irá se referir

preponderantemente a elas, fazendo-se, quando necessário, alguma referência regional ou ao país como um todo.

Apesar de que alguns anos do período se apresentam como “maus” (21-22 com a crise dos preços do café, 24 com a revolução, 29 com a depressão), o período como um todo apresenta resultado médio espetacular: grande aumento físico e de valor nas exportações; notável expansão da área plantada dos demais produtos, além da área cafeeira; “boom” de investimento industrial; maior inserção produtiva do capital forâneo; instalação de novos setores industriais mais complexos; e ampliação e diversificação urbana.

Por um lado, embora o período fosse “amortecedor de tensões” (com o grande aumento do emprego e da massa de salários e de lucros), o ciclo expansivo trouxe inevitável aumento de conflitos: excesso de capacidade produtiva (café e alguns setores industriais); maior organização da classe trabalhadora; conflitos de interesses entre frações da burguesia; alta de preços; reivindicações por mais direitos sociais e expansão do movimento revolucionário tenentista, que culminaria nas Revoluções de 1922, de 1924, da Coluna Prestes nesse mesmo ano, e, ao final do período, na Revolução de 1930.

O segundo Plano de Valorização do Café (1917-18) teve seu sucesso ampliado graças à forte queda de 1918, que fez os preços de 1918-19 dispararem, dando aos governos federal e estadual, enormes lucros. A crise internacional de 1920-22 derrubaria de novo os preços, mas o sucesso dos Planos de 1906 e de 1917 fez surgir o terceiro, de 1921-23, igualmente bem sucedido.

Esses resultados positivos induziram a cafeicultura paulista a uma atitude ainda mais ousada: entre 1924-26 formula o Plano de Defesa Permanente do Café. Comparada com 1918, sua capacidade produtiva se elevava, ao final da década, em 50%. As super safras de 27/28 e de 29/30 - que tiveram menos a ver com o aumento da capacidade e mais com as excepcionais condições naturais e do trato praticado naqueles anos (DELFIN NETO, 1966) - precipitaram a crise que se antecipa à mundial de outubro de 1929.

Comparadas a primeira com a terceira década, vê-se que a produção física exportável do café aumentou em 25% enquanto em valor (de libras esterlinas) suas exportações cresceram em 118%, graças às políticas implementadas. Não é difícil entender que a década, em termos de acumulação capitalista, seria verdadeiramente “de ouro”!

A **agricultura** dos demais produtos continuou a ter forte expansão de área e de produção, diversificando-a ainda mais. Quer a nível privado ou ao do Estado, foi grande a introjeção de máquinas, insumos mais modernos e pesquisa científica, mostrando os dados oficiais que São Paulo contava

nesse período, com a produção rural mais avançada do país: o Censo de 1920 mostrava que o peso da agricultura paulista no total nacional já era de 21% se excluído (em ambas) o café, ou de 25% se incluída (em ambas) a cafeicultura. O esforço de pesquisa do governo estadual, no cultivo, seleção e classificação - particularmente no caso do algodão e da cana de açúcar - prepararia essa agricultura para um novo salto qualitativo na década seguinte, a despeito da profundidade da “Crise de 29”.

O esforço acumulativo não se restringiu ao campo. Pelo contrário, a extraordinária expansão da economia urbana se fez notar, tanto pela expansão da infraestrutura - principalmente, com a consolidação de sua rede ferroviária -, da construção civil, da indústria e dos serviços.

A complexidade econômica da década de 1920 exige que o analista não se atenha apenas ao exame de uma ou duas variáveis ou apenas a um ou outro ano. Se tomarmos os dados do PIB real, encontraremos de fato uma quase estagnação entre 1924 e 1926, mas os três anos estão, em média, entre 3% a 6% acima de 1923.⁴

Se olharmos para o câmbio, constatamos que a taxa de 1926 está valorizada em cerca de 25% em relação à de 1923, mas este ano a desvalorização foi muito forte, de 33% em relação à de 1922. Ainda assim, a taxa de 1926 foi 102% maior do que a de 1919, e 91% maior do que a de 1920. Tomando-se a média de 1927-1929, a taxa foi 9% menor (ou mais valorizada) do que a de 1923, mas foi superior (mais desvalorizada) do que as do período 1919-1926.

Se olharmos os indicadores monetários, chegaremos a conclusões semelhantes. O nível de preços sempre esteve abaixo, em todos os anos, da década, do câmbio e da evolução dos meios de pagamento, em que pese que estes (tanto M1 quanto M2) tivessem se contraído em 1926, em relação a 1924-1925.

Assim, por mais ortodoxos que tivessem sido nossos governos, e em que pese a contração da produção industrial em 1925 e em 1926, ela cresceu à média anual de 6,6% entre 1920 e 1928. Confirmam o excelente desempenho industrial, as importações de bens de capital para a indústria: em todos os anos de 1923 a 1928, para o conjunto do Brasil, elas foram bem maiores do que as da primeira década do século XX, e as de São Paulo, cresceram ainda mais.

A **indústria de transformação** apresenta novo “boom” de investimento que não apenas causou forte expansão da capacidade produtiva, mas também lhe promoveu extraordinária diversificação. Tomados os anos de 1920 a 1928 a indústria paulista crescera à elevada média anual de 6,6% (e o resto do Brasil a 3,3%). A concentração industrial em São Paulo aumentava, dos 31,5% do total nacional em 1919, para 37,5% em 1929.

É fato que o setor têxtil algodoeiro foi um dos que mais investiu, a ponto de gerar uma crise de sobrecapacidade produtiva ao final do período - que só seria resolvida com a Política de “Defesa do Café” nos anos 30. É também verdadeiro, porém, que os demais segmentos têxteis se consolidam no período. Por outro lado, a dimensão da indústria, da acumulação financeira, do mercado interno e da própria urbanização, impôs ampla diversificação à estrutura industrial.

Ganhou mais destaque a implantação de novos e mais complexos segmentos como os da metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transporte e química, com elevados graus de concentração em São Paulo. Já não se tratava, pois, de uma indústria de bens de consumo não durável: agora, já se produziam utensílios duráveis, insumos industriais e bens de capital (estes, de forma ainda muito incipiente).

A consolidação da economia paulista, como principal locus da acumulação nacional atraiu a localização, notadamente na cidade de São Paulo e cercanias, de grandes empresas internacionais, que para lá foram produzir ou montar produtos de maior complexidade tecnológica: entre as principais, citemos a Rhodia, Ford, GM, GE, International, RCA, Phillips, Pirelli, Firestone, Unilever, Nestlé, Kodak e outras.

Este ímpeto de crescimento e diversificação teria outras importantes implicações: aumento da procura de trabalhadores mais qualificados, ampliação de serviços de apoio, aumento dos nexos de interdependência estrutural (agricultura-extração-indústria-serviços), entre outros.

Café, indústria e o próprio crescimento populacional urbano exigiram uma correspondente ampliação dos **serviços**. Os bancos nacionais, minoritários no início do século, tiveram grande expansão, passando a dominar no final do período, três quartos do movimento bancário de então. Essa expansão do sistema bancário e a maior disseminação de suas relações com o Estado, a economia e a sociedade impuseram também sua crescente institucionalização e regularização já no início da década.

Além da consolidação do parque ferroviário e de seus segmentos especificamente urbanos, inicia-se o “rodoviarismo” e a expansão das redes dos bondes elétricos estendendo a malha urbana rumo à periferia. Ao final da década, já os ônibus urbanos passavam a ter papel mais significativo que antes.

O comércio cresce e se diversifica e o sistema urbano, como um todo, passa a exigir maior expansão de serviços de saúde, educação, saneamento, alimentação, habitação e transportes. A expansão urbana desordenada passava também a reclamar um “planejamento”, que culminaria em 1930 no famoso “Plano de Avenidas” de Prestes Maia.

Em suma, economia e sociedade em São Paulo haviam crescido e se tornado mais complexas. A cidade já iniciava sua verticalização e o uso de elevadores, ao mesmo tempo em que o transporte urbano ampliava sua periferação.

Dos 579.000 habitantes de 1919, a cidade contaria, ao final da década, com cerca de 900.000 e sua força trabalhadora industrial já atingia 160.000 operários. Já era, de fato, “o maior centro industrial da América Latina”, como viria a ser chamada vinte anos depois.

De uma sociedade onde a presença do imigrante estrangeiro havia sido predominante até o fim da Primeira Guerra, a cidade agora via crescer, a elevado ritmo, a presença do migrante nacional, de mineiros e nordestinos, principalmente, o que traria novas combinações sociais e culturais.

2.2 Algumas das principais transformações na superestrutura

O Estado ampliaria sua capacidade de intervenção na economia e na sociedade. Na primeira metade da década, suas intervenções econômicas foram muitas, seja concedendo vários incentivos industriais (ao cimento e ao aço, p.ex.), seja apoiando a política cafeeira. Na segunda metade, contudo, sua intervenção predominou no campo político, com aumento da repressão, além de uma orientação econômica conservadora ao final do período. Em parte, isto tem a ver com a ideologia dominante, com o excelente desempenho exportador que gerou grandes saldos comerciais e com as graves perturbações políticas e militares do período. Contudo, viu-se compelido a ampliar sua ação no campo da legislação trabalhista, ainda que viesse a ser pouco praticada.

Há mudanças qualitativas significativas nos **movimentos trabalhistas** do período. De um maior sentido assistencialista, passava-se a um sindicalismo mais organizado e mais à esquerda. Os anarquistas sofreram perda de espaço político para os comunistas, notadamente com a transformação sofrida pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB em 1922, por ex-anarquistas.

As pautas reivindicativas dos vários eventos (moções, greves, manifestos, congressos, etc.) além de melhor organizadas pela classe trabalhadora, - reivindicação de direitos trabalhistas como férias, jornada de trabalho, trabalho do menor, acidente do trabalho, etc. - quase sempre eram acompanhadas de reivindicações de direitos civis, como liberdade de sindicato e de sua imprensa, voto secreto, liberdade de reunião, etc.

A capacidade “postergatória” do Estado e das elites era muito grande. A jornada de 8 horas já havia sido “conquistada” na greve de 1907, mas só passaria a ser mais estendida a partir da greve de 1919. A legislação sobre acidentes de trabalho já

havia sido sancionada em 1919, mas só em 1926 se efetivava. A lei de férias e o Código de Menores eram sancionados em 1926, mas também continuariam como “letras mortas”. (VIANNA, 1978).

O aparelho repressivo (jurídico, policial e empresarial) e o Estado de Sítio no Governo Arthur Bernardes de um lado, e, de outro, a grande expansão do emprego e uma certa “melhoria salarial” após a greve de 1919, arrefeceram o movimento grevista do período. A despeito disso, foram muitas as greves entre 1919 e 1923 e depois de 1927; o Brasil se filia à Organização Internacional do Trabalho-OIT em 1919; e, em 1920 se realizava o Terceiro Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro. Lembremos ainda os esforços do PCB para formar uma frente de esquerda em 1927, com a constituição do Bloco Operário.

O crescimento da classe trabalhadora, de sua organização e de seus movimentos, de um lado, bem como a crescente exacerbação de conflitos entre os vários segmentos sociais (oligarquia, burguesia, proletariado, camadas médias, militares) e o Estado, induz, entretanto, um crescente **movimento conservador**, como mecanismo de defesa do “sistema”.

Além de um aumento de explicitações nacionalistas, assiste-se no período a várias manifestações antissemitas e antilusitanas, a um reascendimento do positivismo e do catolicismo que, em parte, derivaram para o integralismo e para as campanhas contra a “democracia liberal”.

O “sistema” já vinha se defendendo desde 1921 quando Epitácio Pessoa decretava (D.4.247, de 6/1/21, “Lei dos Comunistas”) o direito de expulsar estrangeiros que “perturbassem a ordem pública”, fizessem propaganda de esquerda, greves, etc. Em 1923, Arthur Bernardes decretava a Lei de Imprensa (“Lei Mordaça”), que punia e mandava prender os que escrevessem críticas ao governo e ainda, o **Estado de Sítio**, que vigeria em 3 de seus 4 anos de mandato. Como fruto da Revolução de 1924, foram deportadas cerca de 900 pessoas e durante 1924-27 várias publicações foram fechadas ou pararam de circular. (LIMA SOBRINHO, 1975; PINHEIRO; HALL, 1981; FOOT; LEONARDI, 1982).

Uma “preciosidade” do período foi a decisão do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, que em 1921, instituiu a identificação “científica” de seus trabalhadores, em conluio com a polícia, no caso de roubo ou agitação política, quando então o trabalhador era demitido e preso, e sua ficha “científica” enviada a todas as empresas do CIFTSP. (PINHEIRO; HALL, 1981). Essas fichas continham subsídio básico para as “listas negras” para deportação. (PINHEIRO; HALL, 1981).

Em 1926, Bernardes promoveria, ainda, a Reforma da Constituição Federal de 1891. Resumidamente, a reforma fortaleceu o Poder Executivo federal, expandindo o poder de intervenção

nos Estados, impedindo recursos judiciais contra o Estado de Sítio e regulamentando a perda de mandatos. Além disso, introduziu na Constituição a permissão para a expulsão de estrangeiros e a de legislar sobre o trabalho, inovações estas que não deixavam margem a dúvida sobre suas intenções controladoras e repressoras aos movimentos trabalhistas. (CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1986; LIMA SOBRINHO, 1975; VIANNA, 1978).

A formação de **instituições patronais** seria mais lenta. A criação do Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro em 1919 e o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo em 1921 confirmam a consolidação desse segmento fabril já no começo da década.

Contudo, o empresariado industrial da época tinha muito mais um caráter econômico **mercantil** do que **industrial** propriamente dito. Com o passar dos anos, a indústria leve amadureceu e a introdução de ramos mais complexos implicava em aumento e diversificação de interesses especificamente industriais, que cada vez mais, colidiam com o caráter “liberal” do comércio em geral. Tarifas, impostos e política econômica intervencionista, colidiam com os intuítos liberalistas.

Assim, as indústrias se resignam a permanecer como membros da Associação Comercial de São Paulo até 01/06/1928, quando então fundam o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. A defesa dos interesses industriais, convergentes com o ideário do progresso material do país está explícita no discurso inaugural de dois de seus principais líderes de então: Francisco Matarazzo (Presidente) e Roberto Simonsen (Vice-Presidente). (DEAN, 1971; PINHEIRO; HALL, 1981).

Essa instituição, em 1928, era mais do que oportuna. Não apenas pelas razões acima expostas, mas principalmente porque, de um lado, a indústria muito investira - notadamente a têxtil algodoeira, que já estava em crise desde meados de 1926 - e se defrontava com grande capacidade ociosa, e, de outro, porque o conservador governo de Washington Luiz teimava em manter uma política de estabilização com plena conversibilidade. Entendo que as principais lideranças industriais, em 1928, já anteviam a inequívoca necessidade de uma firme intervenção da política industrial pública.

Urbanização, modificações ascensionais na estrutura ocupacional, expansão e melhorias na organização sindical e maior acesso à educação - o Brasil passa de um contingente de 14,8% de alfabetizados em 1890 para 24,5% em 1920 - sem dúvida contribuíram para maior tomada de consciência social, tanto da classe proletária quanto da burguesia, engrossando outros **movimentos sociais**. Por outro lado, altas do custo de vida, repressão policial e manutenção do viciado sistema eleitoral - além do movimento militar que ocorria - ampliavam o clima de reivindicação e contestação.

Recordemos que a vitória de W.Luiz trouxe, em seguida, forte desvalorização cambial e a revogação da Lei do Inquilinato, e isto, após as derrotas militares dos revolucionários de 1922 e de 1924 e da conservadora reforma constitucional de 1926. (FAORO, 1976; LEAL, 1975; LIMA SOBRINHO, 1975; SANTA ROSA, 1976).

Ocorreram manifestações e reivindicações, as mais variadas, como por exemplo, a tentativa de realização do Primeiro Congresso da Mocidade Negra do Brasil em 1929, reivindicações pelo voto feminino, e outras.

Um dos pesos políticos maiores, contudo, parece ter sido a questão do sistema eleitoral, em que a proibição do voto feminino, do analfabeto, o limite mínimo de 21 anos para votar, a farsa do voto pelo controle coercitivo das mesas eleitorais e o maior peso do voto rural impediam não só uma eleição “limpa”, mas tolhiam ainda a participação maior da população: dos 2,7% que os eleitores de 1898 representavam em relação à população brasileira, passa a 3,4% em 1926 e ainda em 1930, atingiam tão somente 5,7%! Parte destas questões somente seria resolvida em 1932, pelo novo Código Eleitoral. (FAORO, 1976; LEAL, 1975; SANTA ROSA, 1976).

A frustração crescente e o sentimento de impotência para enfrentar as oligarquias provocam a cisão no Partido Republicano Paulista, fazendo surgir em março de 1926 o Partido Democrático de São Paulo (que no início, apoiaria o Tenentismo), constituído basicamente por elementos da burguesia e da classe média. Seu programa era tímido, e além do voto secreto - que para a classe média constituía uma panacéia - e da educação geral, pouco de importante nele sobrava.

Rui Barbosa, em sua campanha civilista de 1910, e na campanha presidencial de 1919 - agora dando grande ênfase à questão das baixas condições sociais e econômicas de vida da maior parte da população trabalhadora - tentara catalisar esses anseios (morais, éticos, sociais e políticos), fornecendo boa parte dos itens em que se constituiria a agenda do movimento tenentista. O Rui de 1919 se distanciara, agora, do Rui liberal, de antes.

Ao longo da Primeira República, os movimentos militares vinham se alterando, de uma posição inicial, em que oficiais maiores, criticando os civis almejavam, basicamente, a conquista do poder, para outra, em que esse movimento sofre profunda transformação, a partir das várias revoltas, das quais as principais foram as de 1922, 1924 e 1930, além da famosa Coluna Prestes, que viveu de 1924 a 1927, resistindo às derrotas militares frente às tropas oficiais, no Brasil, e de 1927 a 1929 no exílio, aguardando uma anistia.

O movimento revolucionário, a despeito de ter uma agenda escassamente explícita em temas de um provável projeto para o país, propugnava por

uma feroz crítica às oligarquias rurais, ao viciado sistema eleitoral, à péssima situação social e se batia ainda por uma reforma constitucional e por uma justiça federalista.

Sua pregação, portanto, ia ao encontro das reivindicações e contestações que eram feitas pelas camadas médias urbanas. Assim, no engrossamento do movimento revolucionário, a partir de 1926, dele fazem parte, não só os “tenentes”, mas a dissidência política dos partidos conservadores, (notadamente de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul), cuja maior expressão era o Partido Democrático de São Paulo.

Há que ter presente, contudo, que essas dissidências civis, em grande medida, eram constituídas ou de dissidências conservadoras ou de representação da burguesia que, graças ao sistema político e jurídico dominante, não podiam se alçar ao poder - daí, para elas, a panacéia do voto secreto.

Chegada a hora da campanha presidencial para as eleições de 01/03/1930, Getúlio Vargas ilude W. Luiz e institui, com Minas Gerais e a Paraíba, a Aliança Liberal, cuja plataforma abraçava as agendas reivindicatórias das classes médias urbanas, dos “tenentes”, algumas do proletariado e a anistia aos revoltosos derrotados. Vargas perderia a eleição, mas logo após a derrota já encabeçaria o movimento revolucionário que formaria o caudal de outubro de 1930. (LIMA SOBRINHO, 1975; SANTA ROSA, 1976).

Os movimentos culturais da terceira década revelavam não só amplo aumento quantitativo, - notadamente o editorial, no Rio e em São Paulo -, como também grande diversificação de eventos, entre os quais se deve destacar os de cunho **modernista**. (MORSE, 1970)⁵. Já no final da década anterior, o parnasianismo, o simbolismo e o regionalismo perdiam fôlego, e nesta, ganhavam mais terreno as obras que pretendiam ter uma dimensão mais cosmopolita do que provinciana, mais internacional do que nacional.

Mas essa transição não é completamente unilinear e transparente. Nem tudo são “águas claras”; há muita controvérsia, mudanças de atitudes e de concepções políticas entre vários atores do período e incompreensões entre eles e entre o público e eles.

Assim é que, por exemplo, Monteiro Lobato - de fato um precursor do modernismo - se convertia em crítico fígadal dos modernistas, acusando-os de “imitadores compulsivos de coisas estrangeiras”. Isto se devia em parte, à sua afirmação nacionalista permanente e sua “veneração” pelo caboclo brasileiro. “Ressuscita” seu Jeca Tatu, agora livrado das doenças rurais, com o uso da “**botina**, da **latrina** e da necatorina”, compreendendo melhor a capacidade e a natureza do caboclo. Isto lhe induziu, inclusive, a uma mudança radical em relação ao país: agora, o Brasil precisava ser “saneado”, e não

passar por reformas constitucionais e políticas, as quais não constituíam “problemas vitais”.

O movimento artístico crescia, e já em 1921 era instituída a Sociedade Paulista de Belas Artes, renunciando a famosa Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922, da qual participaram não só artistas e literatos paulistas. Dentre suas maiores expressões, lembremos Anita Malfati, Brecheret, Di Cavalcanti, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, M. del Picchia, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho. A **Semana**, nas palavras de Paulo de Almeida, significava “um protesto [...] a necessidade de mudar [...] o desejo de redescobrir o Brasil”. (ALMEIDA, 1976, p. 25).⁶ Constituiu a **Semana**, de uma série de exposições, conferências, recitais, concertos e bailados no Teatro Municipal de São Paulo.

Na segunda metade da década, o movimento modernista seria ampliado, surgindo vários outros autores e obras, como a poesia de C.A. Drumond; a arquitetura de G. Warchavchik; a pintura de Tarsila do Amaral, a música de Noel Rosa; as propostas para a Reforma Educacional, de Anísio Teixeira; e alguns dos grandes vultos culturais da década de 1930 já apareciam, ainda que sem a fama que viriam a ter: Caio Prado Jr., Sérgio B. de Holanda, Gilberto Freire, Plínio Salgado, José Lins do Rego, Jorge Amado, Raquel de Queiróz, Flavio de Carvalho, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e outros.

Nacionalistas, modernistas e seus militantes acabariam por se dividir, já a partir de 1926, em dois grupos: o primeiro, que se simpatizaria com a direita e com o integralismo, fundaria em 1928 o Grupo da Anta. Aqui tinha grande liderança Plínio Salgado, que dizia que “o modernismo era subserviente ao exterior”; o segundo, simpatizante do socialismo, com liderança de Oswald de Andrade, fundaria o Grupo Pau Brasil, mais tarde mudado para Antropofagia.

3 CRISE, RECUPERAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Neste tópico, como mencionei no início deste texto, não procedo da mesma forma que usei no anterior, limitando-me a relatar alguns fatos sociais e políticos ocorridos, e centrando as atenções sobre o movimento da economia. Dada a limitação de tamanho deste texto, o tópico será tratado de forma bastante resumida, restringindo-me às questões que julgo mais relevantes ou cuja menção é imprescindível para o melhor entendimento do tema. Além de textos mencionados no início deste trabalho, usei largamente texto anterior de minha autoria (CANO, 2006a)⁷, no qual reproduzo a polêmica sobre a política anticíclica da década de 1930, na qual Peláez (1968) tentou negar a justeza da análise pioneira feita por Furtado (1961). Outros textos são citados no decorrer do trabalho.

Não é demais lembrar que o último governo da Antiga República atravessou 1929 e 1930,

em plena crise interna e externa, exercendo uma ortodoxa política econômica e tentando manter a conversibilidade da moeda nacional. Isto, evidentemente, aprofundou a crise, esgotou em absoluto nossas reservas de divisas e intensificou os conflitos políticos já aquecidos pelas sequelas das eleições de março de 1930.

Com a vitória da Revolução em outubro de 1930, e diante da profundidade da “Crise de 29”, os “tenentes”, que estavam imbuídos de que deveriam “quebrar a espinha” da oligarquia cafeeira paulista, se dão conta, na “mesa de negociações”, de que, na verdade não havia apenas um “café, monocultor e latifundiário”, mas sim uma economia capitalista com grau já avançado de inter-relações setoriais e que, portanto, estavam também diante de uma diversificada estrutura de poder. Quebrar o café - perceberam os “tenentes” -, significava quebrar o nascente capitalismo brasileiro. Daí a original saída brasileira da política econômica da defesa “do café”, que se estende de 1931 até a Segunda Grande Guerra.

Vargas, mais do que ninguém, se deu conta disso. Percebeu logo que as alianças de classe média, proletariado pouco organizado e as dissidências do PRP - travestidas no PD - não dariam aos “tenentes” a soldagem política que pudesse garantir-lhes a execução das profundas transformações sociais que constavam da pauta revolucionária tenentista.

Percebeu também que, embora a burguesia agora se constituísse de várias frações de classe, a industrial não havia perdido ainda sua “alma mercantil”, e que, por isso, dificilmente conseguiria impor a industrialização ao país, sem o fortalecimento do Estado.

Via, num extremo, o ânimo revolucionário dos tenentes, tentando acelerar as transformações sociais; no outro, as elites, velhas e novas, rurais e urbanas, mercantis e produtivas, em sua maior parte pedindo a “volta ao passado”, ao “sossego” de uma classe trabalhadora reprimida, a um Estado que pudesse lhes servir, e no controle do acesso ao poder, pouco importando se via PRPs, PDs ou PLs. (SANTA ROSA, 1976, p. 56-57).⁸

Da habilidade política e conciliatória de Vargas e de sua visão de estadista, nasce então um novo Estado, na verdade exigido pelas transformações que a Base sofrera no período anterior. Seria este Estado, ainda que de forma autoritária, que implantaria grande parte das transformações necessárias: o Estado promotor e produtor, a política de industrialização, a legislação social e trabalhista, o novo Código Eleitoral, etc. (BAER; KERSTENETZKV; VILELLA, 1974; DINIZ, 1978; DRAIBE, 1985).⁹ Sua visão desenvolvimentista, na qual inclusive explicita a necessidade de integração do mercado nacional, antecede esse período.¹⁰

É nesse jogo que a habilidade de Vargas conseguiu construir o Brasil urbano e industrial

que então se consolidaria no pós-guerra, não sem grandes dificuldades, a maior parte das quais, permanentemente imposta pelas elites que continuariam a negar apoio às reformas estruturais, principalmente àquelas que implicassem na melhoria do padrão de distribuição social da renda.

Antes de entrarmos na discussão central deste tópico, convém esclarecer o que entendemos por industrialização. A implantação de indústrias que ocorre em vários de nossos países antes da “Crise de 1929” não constitui, de fato, um processo de industrialização, dado que essa indústria era subordinada pelo setor exportador - o principal determinante da renda e do emprego -, seja pelo uso de divisas por ele geradas, seja pelo mercado de consumo que criou ou pela dependência do uso do excedente que criava.¹¹

Como demonstrou Furtado (1961), só a partir do “deslocamento do centro dinâmico”, ou seja, pela mudança do padrão de acumulação que advém do “crescimento para dentro”, é que o investimento autônomo passava a ser o determinante maior da renda e do emprego. É também a partir daí que se acelera o processo de urbanização latino americano.

Esse processo, antes teorizado pela Cepal e denominado processo de substituição de importações¹², foi submetido a uma revisão crítica, tendo uma nova interpretação, que passou a entendê-lo como o de uma industrialização restringida¹³, que no caso do Brasil, se estende de 1933 a 1955, e que, só a partir daí, implanta os segmentos mais complexos de bens de produção, ainda que de forma incompleta. Permaneceria também, até hoje, dependente das divisas do setor exportador.

É irretorquível a análise feita por Furtado (1961), sobre o crucial papel do Estado, na condução da política de defesa da renda e do emprego, com ampla utilização do gasto e do crédito públicos. Com efeito, as sombrias previsões que se faziam com base na capacidade produtiva cafeeira existente em 1930, se confirmariam mais tarde: das dez safras da década, cinco seriam enormes, gerando grandes excedentes não exportáveis.

Tratando-se de lavoura permanente, Furtado (1961) interpretou como inviável sua destruição parcial. Assim, era preciso mantê-la e colher o café. E mesmo com a destruição de 78 milhões de sacas invendáveis no mercado internacional, os preços desabaram. A profundidade e a permanência da crise internacional cortaram o crédito externo, não havendo, assim, alternativa, do que a de utilizar recursos públicos para enfrentar a crise.

Para a saída da crise e início da industrialização, há que se entender a existência de dois momentos cruciais. O primeiro, imediato, que decorre da atitude do Estado, em instaurar uma política anticíclica que recuperou boa parte da renda e do emprego, sustentada, pelo lado da oferta, em grande parte pela capacidade produtiva industrial

ociosa, instalada ainda nos anos vinte.

No segundo momento, e à medida que essa capacidade fosse “enxugada” e a economia superasse a crise, a industrialização estimularia o investimento autônomo – não apenas na indústria, mas também o de caráter complementar, principalmente, na infraestrutura - e para isso exigiria novos rumos na concepção e prática da política econômica.

Assim sendo, e para que a industrialização não abortasse diante das restrições de recursos, de infraestrutura e de instrumentos de política econômica adequados, era imprescindível a reconstrução do Estado e da política econômica e seu manejo responsável. Portanto, penso não ser necessário discutir se houve ou não “intencionalidade” ou “consciência” sobre a industrialização, ou se houve um precoce “projeto nacional de desenvolvimento”.

É preciso entender, portanto, que a industrialização não resulta apenas da ocorrência de “alguns choques externos”, embora estes possam, sob certas condições, proporcionar estímulos, insuficientes, contudo, para o prosseguimento da industrialização. Muitas vezes, é bom lembrar, os choques externos podem obstaculizar drasticamente esse processo, quando, por exemplo, surgir restrição absoluta no balanço de pagamentos.

Provavelmente, quem primeiro denominou esses choques de “choques adversos” foi A. Kafka (1964) num texto em que analisa a industrialização latino-americana posterior à “Crise de 29”. Tentando afastar-se da interpretação cepalina, explicou-a como um crescimento “**associado(s)** com os violentos e os adversos choques recebidos pelo seu sistema econômico”. (KAFKA, 1964, p. 21-22; 41-42)¹⁴.

Não poucos economistas se equivocaram na análise desse episódio, como Peláez, que tentou atribuir o sucesso de nossa industrialização a outros fatores, inclusive à suposta “Teoria dos choques adversos”, tentando abastardar a clássica interpretação de Furtado.¹⁵

Mesmo Rodrigues (1986) – um cepalino de boa cepa -, também cometeu equívocos em sua obra em que sintetiza o pensamento da CEPAL. Chamou a industrialização latino-americana de “espontânea” e acompanhou os “sociólogos da teoria da dependência”, na crítica que fizeram sobre suposta ausência de cruciais questões sociais e políticas no pensamento da CEPAL. Prebisch, prefaciando o livro de Rodriguez, advertiu-o sobre esses dois equívocos.

Não foram fáceis os cinquenta anos de nossa industrialização. Foram muitos seus contratempos e poucas as tentativas políticas conservadoras para obstá-la. De todos os países da América Latina, certamente fomos o que maior nível e diversificação atingiu, ao final da década de 1970.

Contudo, o golpe mundial desferido pelos

EUA em fins de 1979 com sua oportunista e perversa política fiscal, desencadeando a chamada “Década perdida” e, em seguida, com a disseminação mundial das políticas de corte neoliberal, nos aprisionou, nos últimos 30 anos, em uma camisa de força, em termos de manejo de nossa política macroeconômica.

A retomada recente de nossas exportações primárias, estimuladas pelo chamado “efeito China” está nos causando um esquecimento de quanto é fundamental a continuidade da industrialização para o nosso desenvolvimento. Ao mesmo tempo, parece estar injetando um estranho otimismo neoprimário exportador.

Será que nosso sonho acabou?

4 CONCLUSÃO

Procurei mostrar, que é equivocada a ideia de uma “monocultura cafeeira latifundiária” e que na verdade, o “complexo cafeeiro paulista” constituiu uma economia muito diversificada, com a apropriação de seus frutos melhor distribuída - impostos ao Estado, lucros e rendas ao setor privado, para vários segmentos da classe proprietária, e salários ao trabalhador - do que na maior parte do país. (CANO, 2007b).

A diversificação não se deu só na economia, atingindo também a demografia, a ocupação e a urbanização, exigindo, portanto, profundas modificações da superestrutura. Tais pressões por mudanças, diante de um Estado e de elites conservadoras, explicitam seus conflitos através de vários movimentos sociais: greves, revoluções, modernismo cultural, etc.

Sob o ponto de vista do comando da acumulação capitalista em São Paulo, obviamente o café continuaria a exercê-lo até a “crise de 29”. Contudo, na década de 1920, os principais componentes do “complexo cafeeiro” cresceram e pressionavam por maior nível de “autonomia” no processo de acumulação e de reprodução.

Assim é que a notável expansão diversificada fez com que, ao longo da década de 1920 - o Censo de 1920 já mostrava parte disso -, a agricultura “não-café”, a indústria, os Bancos e o Comércio, já produzissem ou movimentassem massas econômicas muito próximas à da produção e exportação cafeeira.

Isto tem um significado econômico e político singular: os “filhos” do café haviam crescido, tentavam garantir sua maturidade e conquistar sua autonomia. Dito de outra forma, já não perdurava uma “hegemonia cafeeira”.

No tocante à indústria, os elevados investimentos realizados na década criaram uma capacidade produtiva excessiva – notadamente no setor têxtil algodoeiro -, desencadeando, ainda em fins de 1928, uma crise industrial para a qual não haveria solução à vista, além da clássica maneira do capitalismo “corrigir” seus excessos: a destruição do

excesso, via concorrência.

No café, a safra de 1927-28, mais por excelentes condições climáticas e de bom trato do cafezal, atingiu o dobro do volume exportado, mas a política de defesa vigente ainda garantiu os elevados preços. Mas a forte expansão do plantio, a partir de 1924, expandira muito a capacidade produtiva e em meados de 1929 a previsão da safra 1929-30 apontava, de novo, o dobro das possibilidades de exportação. As dificuldades nacionais e a recusa de atendimento federal, as limitações dos recursos estaduais e a ameaça de novas safras gigantescas trouxeram a crise, antecipando-se a em relação à internacional, que eclodiria em outubro de 1929.

Assim, mesmo se não ocorresse a crise internacional, o Brasil teria duas crises severas, a do café e a industrial, o que traria um elevado risco de abortar as transformações em curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. M. de. **De Anita ao Museu**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BAER, W.; KERSTENETZKY, I.; VILELLA, A.V. As modificações no papel do estado na economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, dez. 1974.

BASTOS, P. P. Z. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. **Texto pra Discussão**, Campinas, n. 179, 2010.

BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Constituições do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 27, dez. 2010.

_____. Wilson. Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In: LORENZO, H. Carvalho de; COSTA, W. Peres da. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. Wilson. Crise 1929: soberania na política econômica e industrialização. In: _____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006a.

- _____. Wilson. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. In: MELO, R. Lacerda de; HANSEN, D. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. Aracaju: Ed. UFS, 2007a.
- _____. Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras: 1850-1030. In: _____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006b.
- _____. Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: IE/UNICAMP, 2007b.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- CARONE, E. **A Primeira República**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1973.
- DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1971.
- DELFIN NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: USP-FEA, 1966.
- DINIZ, E. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil (1930/1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ENGELS, F. Carta a F. Merhing (14/07/1890). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Opere**. Roma: Ed. Riunite, 1977.
- ENGELS, F. Carta a J. Bloch (21-22/09/1890). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Opere**. Roma: Ed. Riunite, 1983.
- FAORO, R. **Os donos do poder**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 2.
- FONSECA, P. C. D. Celso Furtado e a questão da intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (Orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1. ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2007. p. 285-307.
- _____. Vargas no contexto da Primeira República. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui G. (Orgs.). **Getúlio Vargas & a economia contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2005. v. 1, p. 171-192.
- FOOT, F.; LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- FROM, E. **Conceito marxista do homem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967a.
- _____. **Meu encontro com Marx e Freud**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967b.
- FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Ed., 1969.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HARNECKER, M. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. 6. ed. México: Siglo XXI, 1971.
- KAFKA, A. Interpretação teórica do desenvolvimento econômico Latino-Americano. In: ELLIS, H. S. (Org.). **Desenvolvimento econômico para a América Latina**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LIMA SOBRINHO, B. **A verdade sobre a Revolução de Outubro: 1930**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1978.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Flama, 1946.
- _____. **El Capital**. 2. ed. México: FCE, 1973.
- _____. **Grundrisse**. México: FCE, 1985.
- _____. Il Diciotto Brumaio di Luigi Bonaparte. In: _____. ; ENGELS, F. **Opere**. Roma: Ed. Riunite, 1991.
- _____. **Teoria sobre la plusvalia**. Barcelona: Grijalbo, 1977.
- _____. ; ENGELS, F. **The german ideology**. 2. ed. Moscow: Progress Publ., 1968.
- MORSE, R. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1970.
- PELAEZ, C. M. A balança comercial; a grande depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, mar. 1968.

_____. SUZIGAN, W. **História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias.** Rio de Janeiro: IPEA, 1976.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. **A classe operária no Brasil: 1889-1930.** Campinas, SP: FUNCAMP-Brasiliense, 1981. v. 2.

RODRIGEZ, O. **La teoría del subdesarrollo de la CEPAL.** 5. ed. México: Siglo XXI, 1986.

SANTA ROSA, V. **O sentido do tenentismo.** 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIANNA, L.W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945.** Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

NOTAS

1. A solicitação foi feita pelo Prof. Pedro C. D. Fonseca, Coordenador de mesa redonda sobre a Revolução de 1930, no Encontro anual da ANPEC de 2010.
2. As principais diferenças entre as estruturas dessas quatro regiões cafeeiras estão discutidas em Cano (2006b).
3. Assim, os altos lucros proporcionados durante a Primeira Guerra à econômica exportadora certamente teriam constituído a base para a acelerada acumulação na década de 1920, até mesmo para parte da periferia nacional.
4. As fontes para esse e os três parágrafos seguintes foram: i- produção industrial: Cano (2007b, p. 190;291-293); ii) importação de bens de capital: Villela e Suzigan (1973, p. 442); iii) Pib, preços e meios de pagamento: Peláez e Suzigan (1976, p. 224), que concluíram que as políticas foram contracionistas.
5. O autor nos dá um bom relato sobre esse movimento em São Paulo e apresenta extensa bibliografia.
6. Este livro dá um notável relato, desde a 2a. exposição de A. Malfatti em 1917, a Semana em 1922, os desdobramentos do movimento e os novos atores no fim da década de 20, as transformações dos vários grupos na década de 30, chegando até a instituição do Museu de Arte Moderna de São Paulo em 1948.
7. Ver também Bastos (2010) e Fonseca (2007).
8. Faz importante análise sobre isso, mostrando a frustração dos "tenentes" e o conservadorismo das elites. No caso do Nordeste (pg. 56-57) aponta corretamente a fraca oposição das oligarquias locais dos "tenentes", face a "fraquíssima estrutura econômica" da região. Poderíamos acrescentar que, além disso, essa adesão foi a forma política para que essas mesmas oligarquias atingissem o poder central, até então, em grande parte controlado por MG, RJ, SP e RS, promovendo uma reviravolta no federalismo vigente. Sobre a dominação regional do capital mercantil. Ver Cano (2010).
9. Para um breve resumo ver Cano (2007).
10. Sobre a trajetória e as idéias econômicas de Vargas antes de 1930 (FONSECA, 2005) e que também mostra as idéias de Vargas sobre e a integração do mercado nacional. (CANO, 2007a).
11. Nem Furtado (1969) nem Tavares (1972) incorreram nesse equívoco, ao se referirem à adição de fábricas anterior à ruptura causada pela "crise de 29", quando muda o padrão de acumulação.
12. Ver a clássica interpretação desse processo feita por Tavares (1972) e sua posterior revisão (1998).
13. Essa denominação foi introduzida, no caso brasileiro, por Cardoso de Mello (1998) e Tavares (1998), em seus trabalhos sobre a industrialização brasileira, quando fazem a revisão crítica do conceito de industrialização por substituição de importações.
14. Seu texto decorre de conferência pronunciada e que suscitou várias observações críticas de caráter ortodoxo.
15. A matéria está em seu equivocado ensaio. (PELÁEZ, 1968).

Wilson Cano

Economista
Doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Prof. Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
E-mail: wcano@eco.unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Endereço: Rua Pitágoras, n. 353, Barão Geraldo - Campinas, SP
CEP: 13083-857